

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – LICENCIATURA PLENA**

Alessandra Alberici Gontan

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL:
CONFIGURAÇÕES POSSÍVEIS**

Santa Maria, RS
2018

Alessandra Alberici Gontan

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONFIGURAÇÕES
POSSÍVEIS**

Trabalho de Final de Curso apresentado ao curso de Educação Especial - Licenciatura Plena da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Licenciada em Educação Especial**

Orientadora: Profª Drª. Fabiane Romano de Souza Bridi

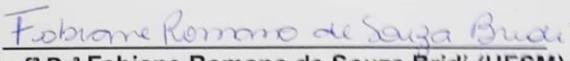
Santa Maria, RS
2018

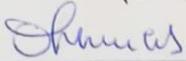
Alessandra Alberici Gontan

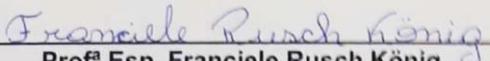
**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL:
CONFIGURAÇÕES POSSÍVEIS**

Trabalho de Final de Curso apresentado
ao curso de Educação Especial -
Licenciatura Plena da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do
título de **Licenciada em Educação
Especial**

Aprovado em 11 de dezembro de 2018:


Profª Drª Fabiane Romano de Souza Bridi (UFSM)
(Orientadora)


Profª Drª Eliana da Costa Pereira de Menezes (UFSM)


Profª Esp. Franciele Rusch König

Santa Maria, RS
2018

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho se deu com a colaboração e auxílio de vários envolvidos, e por isso agradeço a todos por esta conquista, mas de forma especial, agradeço:

A Deus, por ter permitido que eu trilhasse um caminho doce, prazeroso e desafiador no âmbito da pesquisa, com saúde e determinação, me presenteando ao longo deste processo com meu filho Valentim.

A minha fonte de luz, minha mãe, que me proporcionou todo o suporte necessário para o alcance desse objetivo, sem seu carinho e cuidado não teria chegado até aqui.

Ao Marco, pessoa com quem amo partilhar a vida, que com toda a compreensão, carinho e muito companheirismo trilhou essa caminhada lado a lado, me motivando e fazendo acreditar em meu potencial.

A minha irmã, Claudinha, que em meio a tantas tempestades esteve sempre com um sorriso no rosto, não me deixando faltar alegria, e por me presentear com nosso amor Viti.

Ao meu querido pai, que certamente está orgulhoso por essa conquista, e que fez tanta falta nessa caminhada.

Aos bons amigos que estiveram comigo ao longo da vida e que durante este processo me davam ânimo para seguir, quando parecia não ter mais forças.

As minhas colegas, que de forma tão significativa tornaram a faculdade um lugar acolhedor e de muitas lembranças felizes.

Aos meus professores, que contribuíram para minha formação. Em especial a professora Eliana, exemplo de pessoa e profissional, por sua parceria e aprendizados durante o curso, e pela disponibilidade de compor a banca.

A minha estimada Orientadora, Fabiane Bridi, por ter me proporcionado tantas experiências enriquecedoras em meu processo formativo profissional, bem como um crescimento e amadurecimento pessoal. Para mim, és exemplo de profissional.

A querida Fran que me deu a mão durante construção deste trabalho, sempre com muito carinho, disponibilidade e atenção.

Ao grupo NUEPEI, pelas inúmeras possibilidades de crescimento, pelas contribuições na elaboração do trabalho e por tornar minhas segundas-feiras mais

leves e inteligentes.

E por fim, a Universidade Federal de Santa Maria, pela oportunidade de formação e de desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONFIGURAÇÕES POSSÍVEIS

AUTORA: Alessandra Alberici Gontan
ORIENTADORA: Fabiane Romano de Souza Bridi

Esta pesquisa teve como objetivo analisar práticas pedagógicas em educação especial no contexto de inclusão escolar desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino de Santa Maria/RS, após dez anos da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Desenvolvida em uma abordagem qualitativa, a pesquisa tem como instrumento de produção de material analítico entrevistas semiestruturadas, as quais foram realizadas com duas professoras de Educação Especial que atuam 40 horas na mesma escola. A intenção de olhar para as narrativas das professoras foi poder observar como elas organizam seu trabalho dentro do contexto escolar, quais as estratégias e recursos de acessibilidade são utilizados, e como a Política reverbera nessa configuração. Como principais resultados, é possível destacar a existência de formas de organização comuns pelas duas professoras, que se efetivam em consonância com as orientações da Política, onde podem ser destacadas o uso de recursos de acessibilidade para a eliminação de barreiras para a plena participação dos alunos; o Atendimento Educacional Especializado, como principal serviço da Educação Especial; e a tentativa de articulação entre os professores de Educação Especial e do ensino comum. Para além disso, destacam-se formas de organização particulares a cada instituição de ensino, que por vezes não se articulam com as orientações da Política. Nesta perspectiva, é possível destacar que aos dez anos de implementação, a Política imprime grande influência sobre a organização das práticas pedagógicas em Educação Especial, mas vai a depender de como a escola consegue se organizar para atender as orientações previstas.

Palavras-chave: práticas pedagógicas em Educação Especial; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; e rede municipal de ensino.

ABSTRACT

PEDAGOGICAL PRACTICES IN SPECIAL EDUCATION: POSSIBLE CONFIGURATIONS

AUTHOR: Alessandra Alberici Gontan
ADVISOR: Fabiane Romano de Souza Bridi

This research had as objective to analyse pedagogical practices in special education in the context of school inclusion developed in the municipal school network of Santa Maria/RS, after ten years of implementation of the national Policy of education on the perspective of inclusive education. Developed in a qualitative approach, the research has as a production instrument of analytic material semi structured interviews, that were realized with two special education teachers who act 40 hours at the same school. The intention of looking to the narrative of the teachers was to be able to observe how they organize their work inside of the school context, which are the strategies and accessibility resources used, and how the politics reverberates on this configuration. As main results it's possible to highlight the existence of ways of organization in common between both teachers, that are effected in consonance with the Policy orientations, where can be pointed the use of accessibility resources to eliminate barriers for the full participations of the students; the special education attendance, as main service of special education; and the attempt of articulation between special education teachers and of the common education. Beyond this, are highlighted ways of private organization in which teaching institute, that sometimes don't articulate with the Policy orientation. In this perspective, it's possible to highlight that at ten years of implementation, the Policy prints huge influence on the organization of pedagogical practices in Special Education, but it will depend on how the school can organize itself to answer the predicted orientations.

Key-words: Pedagogical practices in Special Education; National Policy of Special Education in the Inclusive Education perspective; municipal school network.

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO

APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO

APÊNDICE E – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. RESGATE HISTÓRICO DOS DOCUMENTOS LEGAIS QUE DERAM SUPORTE A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	14
3. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR PARA SUAS ESPECIFICIDADES	17
4. CAMINHOS METODOLÓGICOS	20
5. CONTEXTUALIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	22
5.1 Discussão dos dados de organização da rede escolar municipal	23
5.2 Aproximação com os sujeitos da pesquisa	24
5.3 Contextualização das escolas lócus da pesquisa	26
5.3.1 Escola A	26
5.3.2 Escola B	28
6. UM OLHAR PARA PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	29
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICES	39

1. INTRODUÇÃO

Entender que a vida é feita de ciclos e que cada um deles desencadeia uma nova fase, novas oportunidades e diferentes experiências é um processo por meio do qual venho me constituindo e ressignificando os caminhos trilhados. Neste sentido, minhas escolhas e experiências estão definitivamente interligadas, resultando em meu presente momento.

Quadro branco, canetões e várias bonecas como alunos marcaram minhas brincadeiras de infância. Momentos como esses me permitem fazer uma análise de que, desde minhas brincadeiras, em minhas mais remotas memórias, demonstrava admiração e possível escolha pelo licenciar.

Eis que na adolescência, reafirmo minhas já apresentadas afinidades ao escolher o campo da educação. A aproximação com a escolarização de pessoas com deficiência neste percurso fez com que eu iniciasse uma nova proposição em minha vida. Perpassando sempre pela área das licenciaturas, como pedagogia e letras, minha preferência sempre esteve mais vinculada a questões que se ocupem da infância. Mas, como todo ciclo desencadeia um outro, minha adolescência desencadeou a escolha pelo campo da Educação Especial, do ensino e da aprendizagem das pessoas público-alvo¹ desta área.

A partir dessa escolha fui me constituindo e aproveitando intensamente todas as possibilidades que o curso de Licenciatura em Educação Especial pode me proporcionar. O vínculo com professores de Educação Especial de longa data e ricas trajetórias me possibilitaram perceber o quanto suas práticas eram significativas na vida dos alunos, me incentivando a pensar sobre a temática. Além disso, habituais leituras realizadas ao longo do curso e as inserções no contexto escolar me deram condições de aproximar o que era discutido em termos teóricos na universidade com a prática nas escolas, considerando um fator potencializador de minha formação.

As disciplinas vinculadas a história da Educação Especial, bem como disciplinas ligadas a temática de políticas públicas que dão subsídios legais a educação, sempre me causaram inquietações pelo fato de se caracterizarem, pelo meu olhar, como teóricas e de pouca aplicação prática.

O início das disciplinas de caráter teórico prático e minha inserção no

¹ São considerados público-alvo da Educação Especial alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação. (BRASIL,2009)

contexto escolar me possibilitou observar e conhecer mais sobre as formas de organização das escolas e dos suportes legais que sustentam as práticas dentro desses espaços.

Além dessas inquietações que a teoria e a prática me causaram, tive a oportunidade de durante a pesquisa e produção do presente trabalho de final de curso, estar vinculada a um grupo de pesquisa², pertencente ao projeto intitulado “Educação Especial: formação e práticas pedagógicas”, que aborda diferentes temáticas de pesquisa vinculadas ao campo da Educação Especial e, nesse âmbito, participo de discussões que enriqueceram e provocaram ainda mais curiosidade sobre meu tema de pesquisa.

Desta forma, minha temática de pesquisa foi incessantemente instigada pelas diferentes vivências durante meu percurso como acadêmica do curso e bolsista de iniciação científica³, desencadeando tencionamentos sobre a prática do professor de Educação Especial, versando sobre as diferentes possibilidades de exercer a profissão dentro do contexto escolar.

Atribuo como base, para compreender, investigar e tencionar práticas pedagógicas atuais em Educação Especial, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (BRASIL, 2008), mobilizada pelas reflexões acerca das orientações deste documento, direciono minha pesquisa a questionar: como práticas pedagógicas em Educação Especial estão sendo desenvolvidas, após dez anos de implementação da Política.

A referida Política foi fortemente implementada em nosso país em consonância com programas de formação de professores e o programa de implantação de salas de recursos multifuncionais, ambos de grande investimento e abrangência. Tanto o documento da Política quanto os referidos programas compõem um conjunto de ações para a implementação de uma política de inclusão que ganha força a partir do ano de 2003⁴.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) orienta sobre o direito do aluno público-alvo da Educação Especial no contexto das escolas regulares prevendo a realização do Atendimento

² Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Escolarização e Inclusão (NUEPEI/UFMS) coordenado pela Prof^a Fabiane Romano de Souza Bridi

³ Bolsista do projeto “Educação Especial: formação e práticas pedagógicas” com Financiamento FIPE/UFMS

⁴ Cabe destacar que no ano de 2003 quando a administração popular assume o governo nacional, observa-se o desenvolvimento de ações mais efetivas que visam a implementação de uma política de inclusão no país.

Educacional Especializado como meio de auxiliar na sua trajetória de escolarização.

Além dessas características, a Política traz consigo uma grande mudança e um marco na história da Educação Especial brasileira, pois orienta sobre o direito da pessoa com deficiência estar incluída no ensino regular, procura deslocar os alunos dos espaços especializados para as escolas comuns de ensino, possibilitando diferentes vivências e o alcance aos diversos conteúdos escolares que todos os alunos têm como direito.

A Política também institui que, para atuar no campo da Educação Especial, “professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área” (BRASIL, 2008 p.13), delimitando o aspecto formativo deste professor.

Desse modo, este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral analisar práticas pedagógicas em Educação Especial no contexto de inclusão escolar desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino de Santa Maria, após dez anos da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, por professores graduados em Educação Especial. E desta forma, delimitando como objetivos específicos: observar a organização da rede em relação a aspectos voltados a Educação Especial; analisar a organização do serviço de Educação Especial nas escolas; e identificar recursos pedagógicos e de acessibilidade que são utilizados nesses contextos. Em consonância a isso, atentar para como a Política de base da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva repercute nas práticas exercidas dentro das escolas, visto que a Política dispõe de funções que devem ser adotadas pelos professores de Educação Especial juntamente com o contexto escolar para a construção de uma prática pedagógica com os alunos em situação de inclusão.

O trabalho está dividido em sete capítulos. O primeiro é a presente introdução que visa, além de localizar o leitor no corpo do texto, apresentar o caminho percorrido até a presente temática, a questão norteadora da pesquisa e quais os objetivos a serem alcançados. O capítulo dois, caracteriza-se por um resgate histórico de documentos que nacionais e internacionais que versam sobre os direitos humanos e, por consequência, sobre educação básica. O capítulo três, versa exclusivamente de especificidades da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que atualmente é o principal documento que

orienta a educação inclusiva em âmbito nacional. O capítulo quatro caracteriza-se pela contextualização e caminhos metodológicos desenvolvidos durante o trabalho. O capítulo cinco refere-se à organização da rede municipal de ensino de Santa Maria, atentando para a oferta de atendimentos voltados a Educação Especial, bem como contextualização dos lócus de pesquisa e aproximação com os sujeitos de investigação. O capítulo seis, intitulado “um olhar sobre práticas pedagógicas em Educação Especial”, busca descrever e analisar os dados que foram produzidos com a pesquisa, bem como atentar para os resultados dos objetivos específicos do trabalho. Por fim, o capítulo sete consiste nas considerações finais do trabalho, no qual é feita uma retomada de todos os aspectos da pesquisa, bem como dos principais achados que obtive.

2. RESGATE HISTÓRICO DOS DOCUMENTOS LEGAIS QUE DERAM SUPORTE A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Discutir sobre as políticas que asseguram a educação de pessoas com deficiências é uma tarefa que demanda um olhar crítico sobre as diversas mudanças e influências governamentais que versam sobre a garantia do acesso e a permanência desse público dentro das escolas regulares. Para isso, foram elencados marcos nacionais e internacionais relacionados aos direitos das pessoas, bem como, a garantia da educação básica para todos.

Entender que grande parte dos processos desenvolvidos em âmbito nacional sofrem grandes influências dos organismos internacionais é o primeiro passo para conseguir fazer um breve tencionamento acerca das políticas públicas brasileiras.

Marcos históricos que influenciaram os governos nacionais a desenvolverem políticas inclusivas, tiveram seu início no ano de 1948 na assembleia geral das Nações Unidas, por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos que, embora não faça menção de forma direta ao grupo de sujeitos considerado público-alvo da Educação Especial, assegura, em seu 1º artigo, que “Todos os seres humanos nascem livre e iguais em dignidade e direitos” (UNESCO, 1998). No entanto, abordando a temática da educação no documento representado pela UNESCO em âmbito nacional, no artigo 26 dispõe,

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. (UNESCO, 1998, p.5)

Assim, o direito a educação é assegurado em caráter universal, especialmente nos graus elementares e fundamentais de ensino.

Outros marcos que influenciaram as políticas educacionais nacionais foram a Declaração Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien na Tailândia em 1990, no qual são previstas ações que contemplem garantia de educação básica de qualidade para todas as pessoas, constituída por dez artigos que versam sobre diferentes reformas de uma implementação viável, após mais de 40 anos da

declaração dos direitos humanos.

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, em 1994, conhecida como Declaração de Salamanca, envolvendo mais de 80 governos e com a temática discutida versando especificamente sobre o campo da Educação Especial, constitui-se como o principal documento internacional de influência para o desenvolvimento de políticas nacionais vinculadas a inclusão escolar de pessoas com deficiência.

A Convenção de Guatemala (1999) também teve importante papel para a construção da atual organização referente a inclusão nacional. Com o propósito de eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência⁵, passou a vigorar em âmbito nacional com status de lei a partir do Decreto nº 3.956 de 8 de outubro de 2001.

Por fim, pode-se considerar a convenção de Nova York ocorrida no ano de 2007, como importante marco internacional, pois, evidencia como propósito promover e assegurar direitos humanos fundamentais para todas as pessoas com deficiência, destacando o respeito, a acessibilidade e a igualdade de direitos e oportunidades, passando a vigorar nacionalmente no ano de 2009, com o decreto nº 6.949 de 25 de agosto.

Em âmbito nacional, em 1988, a Constituição Federal estabelece em seu artigo 208, que

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (BRASIL, 1988)

Assume caráter obrigatório a oferta de educação básica gratuita as crianças e adolescentes dos 4 aos 17 anos. No que se refere mais especificamente à Educação Especial, em seu terceiro parágrafo o documento prevê a oferta de “III - Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1998). Assim, busca-se um direcionamento dos processos de escolarização dos estudantes público-alvo ao contexto das redes regulares de ensino, ofertando o Atendimento Educacional Especializado como um qualificador deste percurso.

No campo específico da Educação, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da

⁵ Termo utilizado no documento

Educação Nacional – LDB 9.394/1996 onde em seu artigo 58, define

[...] Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (BRASIL,1996)

Destacando a escolarização realizada preferencialmente em escolas regulares e a garantia da oferta do Atendimento Educacional Especializado em seu inciso 1º, onde institui:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996)

É em 2008 que nacionalmente as políticas educacionais em perspectivas inclusivas tiveram um efeito e repercussão muito grande na escolarização das pessoas com deficiência, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Nessa política, asseguram-se os direitos do educando público-alvo em estar matriculado na rede regular de ensino, bem como a previsão de formação de profissionais capacitados para a atuação no serviço do Atendimento Educacional Especializado com caráter complementar e/ou suplementar de ensino.

3. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: um olhar para suas especificidades

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva configura-se como o principal documento que orienta o desenvolvimento de práticas pedagógicas direcionadas aos estudantes considerados público-alvo desta área. A Política fundamenta documentos normatizadores voltados a todos os profissionais envolvidos dentro de um contexto escolar, bem como formação e práticas a serem desenvolvidas.

No âmbito deste documento orientador, a Educação Especial caracteriza uma:

[..] modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o Atendimento Educacional Especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

Destacando assim, a Educação Especial como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis de escolaridade, e disponibiliza o Atendimento Educacional Especializado. Nessa perspectiva, partindo do princípio da inclusão, dispõe em sua introdução o seguinte esclarecimento:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

Considerando um documento que orienta e dispõe sobre o direito de todas as pessoas a receberem as mesmas ofertas de escolarização. Nesse sentido, com a intenção de romper com o paradigma de um ensino paralelo, a Política dispõe de tópicos que direcionam a organização do ensino em uma perspectiva inclusiva. Prevê a formação inicial de professores do ensino comum, já contemplando as especificidades da Educação Especial, instituindo que:

[...] as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que

contemple conhecimentos sobre as especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

Direciona, deste modo, a formação inicial dos professores do ensino comum com vistas a uma perspectiva inclusiva, por meio da oferta de conteúdos vinculados ao campo. Além disto, delimita quem são os professores da Educação Especial, tangenciando as características do seu processo e formação, inicial e continuada:

Para atuar na Educação Especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no Atendimento Educacional Especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de Atendimento Educacional Especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de Educação Especial (BRASIL, 2008).

Seguindo a orientação, o professor de Educação Especial poderá ter sua formação em nível inicial, proporcionado por cursos de licenciatura específicos do campo, ou então como uma formação complementar, a nível de especialização, desde que tenha uma formação inicial voltada à docência.

Previsto como uma das atribuições deste professor a Política dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, que tem como função “elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008). Trata-se de um serviço em Educação Especial, de oferta obrigatória pelas instituições de ensino, mas de caráter facultativo aos estudantes, a ser realizado no contraturno, podendo ser individual ou em pequenos grupos de alunos.

Considerando a existência de documentos legais mais atuais como a Resolução do CNE nº4/2009, o Decreto nº 7.611 de 2011, e a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 6 de julho de 2015, como fatores que normatizam a esfera da Educação Especial brasileira. No entanto, ainda assim a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva continua sendo o principal documento orientador para as práticas pedagógicas em Educação Especial.

Nesta perspectiva, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva faz parte de uma política de inclusão, na qual programas já

vinham sendo desenvolvidos anteriormente. Dentre estes, destaca-se o Programa de Implementação das Salas de Recursos, no qual

[...] estão sendo implantadas, nas redes municipais de ensino, salas providas de equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos, didáticos e de acessibilidade, construindo espaços habilitados a oferecer os elementos necessários ao desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado (BRIDI, 2011, p. 68).

Deste programa, destaca-se a implantação das salas de recursos nas escolas, com a intenção de promover um espaço para a oferta do Atendimento Educacional Especializado aos alunos público-alvo da Educação Especial, bem como a disponibilidade de materiais pedagógicos e equipamentos de acessibilidade.

Com a grande expansão do Programa de implantação das Salas de Recurso, destacando que “de 2005 a 2009, foram oferecidas 15.551 salas de recursos multifuncionais, distribuídas em todos os estados e o Distrito Federal, atendidos 4.564 municípios brasileiros - 82% do total” (BRIDI, 2011, p.68) e com disponibilidade do Atendimento Educacional Especializado, acarretou em uma exigência de profissionais capacitados para o trabalho. Esta exigência, acaba difundindo nos Programas de Formação de Professores, dentre eles o Programa de Formação continuada de Professores em Educação Especial, ganhando visibilidade por meio do Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade, que foi implementado por meio de formações aos professores e gestores das escolas, a fim de provocar mudanças nos sistemas de ensino.

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo tem a intenção de abordar os caminhos metodológicos que auxiliaram no desenvolvimento do trabalho, no alcance dos objetivos e das questões norteadoras da pesquisa, que versam sobre a prática do professor de Educação Especial após dez anos da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Esta pesquisa se insere numa abordagem qualitativa de investigação, na qual

Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativo pelo contato direto do pesquisador com sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, p. 58, 1995)

Neste sentido, a metodologia de pesquisa adotada possibilita uma interação do pesquisador com o sujeito e o ambiente de investigação, potencializando o alcance dos objetivos estipulados.

A pesquisa ficou organizada em dois momentos de operacionalização. O primeiro foi um resgate histórico dos documentos legais, nacionais e internacionais, no qual foi atentado para os principais marcos sobre os direitos humanos e direitos a educação básica que dão condições de pensar a atual configuração da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Dentre os documentos internacionais analisados, são ressaltados a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Convenção de Guatemala (1999) e a Convenção de Nova York (2001). E os documentos nacionais considerados foram, a Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e a PNEEPEI (2008).

O segundo movimento investigativo consiste na prática de pesquisa de campo, onde buscou-se inicialmente informações sobre a rede municipal de ensino de Santa Maria, na qual auxiliará na aproximação como os sujeito de investigação, bem como identificar a oferta de Educação Especial. Os dados foram coletados com a Secretaria de Educação, onde, constavam detalhadamente quantas escolas a rede possui; quais ofertam o Atendimento Educacional Especializado; e o número de

professores atuantes nesse serviço, bem como a formação desses profissionais e suas respectivas carga horárias.

Os critérios elencados para a definição dos sujeitos de investigação foram: ter formação em Educação Especial Licenciatura, para poder compreender como um profissional com formação inicial desenvolve práticas no ensino inclusivo; e possuir carga horária de quarenta horas semanais exclusivas a uma única escola, entendendo que este profissional possa ter maior vínculo com o contexto escolar e maior disponibilidade para desenvolver suas práticas. Considerando a coleta de dados fornecidos pela Secretaria de Educação, foram encontradas duas escolas da rede que possuem professores de Educação Especial atuante de quarenta horas.

Entendendo o caráter qualitativo de pesquisa, com a intenção analisar práticas pedagógicas em Educação Especial no contexto de inclusão escolar desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino de Santa Maria, após dez anos da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, será realizada uma entrevista semiestruturada ⁶com as professoras de Educação Especial, considerando a entrevista, segundo as contribuições de Marconi e Lakatos como:

[...] um encontro entre duas pessoas afim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante a uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados, ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (1996, p.84)

Para poder analisar como elas relatam e descrevem sua atuação profissional e, observar como organizam seu trabalho pedagógico dentro do contexto escolar. A entrevista será realizada nas escolas selecionadas, gravadas e posteriormente transcritas.

⁶ Apêndice A

5. CONTEXTUALIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

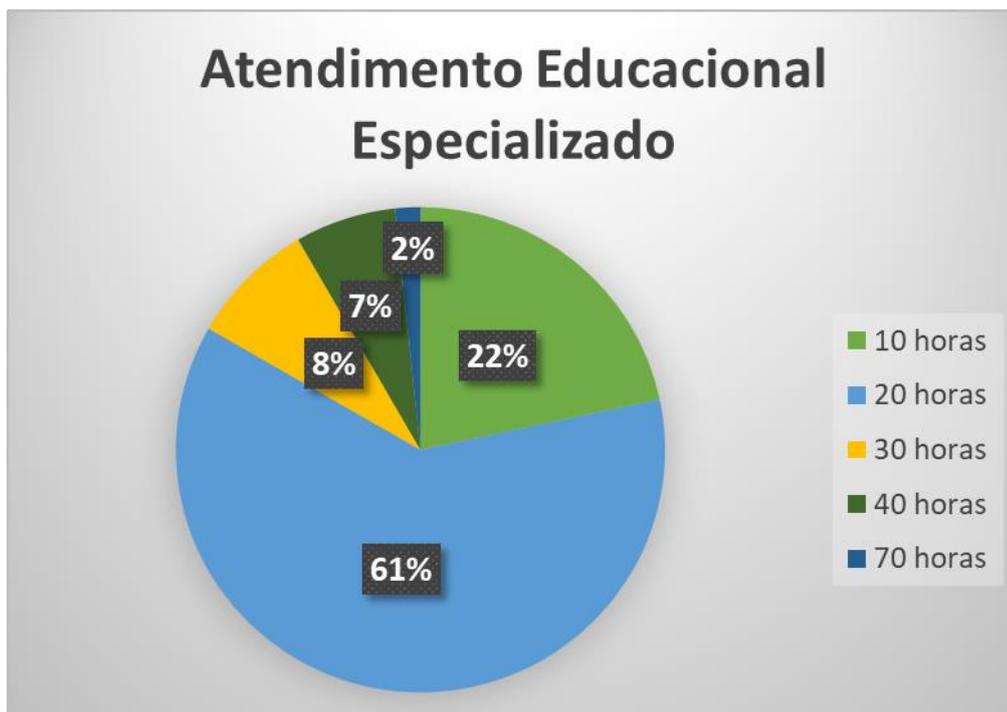
Este capítulo tem a intenção de contextualizar a atual configuração da rede municipal de ensino da cidade de Santa Maria, em aspectos gerais e que tangenciam questões da Educação Especial, como forma de conhecer os lócus investigativo da pesquisa. Os dados foram coletados com a Secretaria de Educação do referido município, e tem sua atualização datada do mês de outubro do corrente ano.

Conforme informações recebidas, a rede municipal de ensino de Santa Maria é composta por 75 escolas, que compreendem educação infantil e ensino fundamental - anos iniciais, anos finais, Educação de Jovens e Adultos - EJA e seriação profissionalizante. Estas instituições computam um total de 19.794 matrículas, sendo 653 especificamente de estudantes considerados público-alvo da Educação Especial.

Deste total de 75 escolas da rede, 61 instituições ofertam o Atendimento Educacional Especializado e 49 contam com Salas de Recursos Multifuncionais. Além disso, há 55 profissionais que desenvolvem este serviço, sendo que destes 54 possuem formação inicial em Educação Especial e um professor oriundo de outro curso de licenciatura, com capacitação/ habilitação para o trabalho no Atendimento Educacional Especializado.

A organização do trabalho destes professores nas instituições escolares, em termos de carga horária, apresenta características que se diferem em cada contexto. A depender da demanda de matrículas de alunos público-alvo da Educação Especial, a oferta do atendimento se organiza em carga horarias que variam de 10 a 40 horas semanais nas escolas e 70 horas em um espaço⁷ ofertado para os alunos que não recebem Atendimento Educacional em suas escolas. Estas informações estão sistematizadas no gráfico a seguir:

⁷ Os alunos que não recebem Atendimento Educacional Especializado em suas escolas por diferentes motivos, possuem a oferta deste serviço no PRAEM – Programa de Atendimento Especializado Municipal, no qual oferece 70 horas desse serviço, distribuídas em 3 turnos diários e 10 horas no sábado, desenvolvido por diferentes profissionais.



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pela Secretaria de Educação

Pode-se observar a preponderância de escolas com carga horária de oferta do Atendimento Educacional Especializado de 20 horas, totalizando 61% das instituições de ensino da rede. Para além disto, 22% das escolas ofertam este serviço com carga horária de 10 horas, 8% com 30 horas, 7% com 40 horas e somente 2% ofertam 70 horas deste serviço. Pode-se avaliar que há uma diversidade nesta oferta, em termos de carga horária, entre as escolas da rede municipal de ensino de Santa Maria.

Nesta perspectiva, os dados fornecidos pela secretaria de educação possibilitaram a aproximação com os locais e sujeitos de investigação, visto que delimitaram onde há a oferta do Atendimento Educacional Especializado sendo ele uma das atribuições do professor de Educação Especial. A carga horária deste serviço e a formação dos profissionais atuantes.

5.1 Discussão dos dados de organização da rede escolar municipal

Após a coleta, descrição e análise dos dados, destacaram-se quatro principais vertentes de discussão que versam sobre a Educação Especial. A primeira se refere as Salas de Recursos Multifuncionais; a segunda sobre a oferta do

Atendimento Educacional Especializado; a terceira sobre a formação dos professores; e a quarta sobre a carga horária disponibilizada aos atendimentos. Compreende-se que a correlação destes fatores compõe a caracterização da oferta deste serviço na rede analisada.

Versando sobre as Salas de Recursos Multifuncionais, a implementação destes espaços está alicerçada pelos programas vinculados às políticas de inclusão que ganharam força no ano de 2003, como já citado no capítulo 1. Foram implantadas com o objetivo de ofertar um espaço para o desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado com recursos diversificados, que atendam às necessidades educativas os estudantes considerados público-alvo. Identificando a partir dos dados que, das 75 escolas da rede, há 49 salas de recursos implantadas.

O segundo ponto para discussão versa sobre a oferta do Atendimento Educacional Especializado, que por obrigatoriedade da PNEEPEI deve ser disponibilizado nas escolas com o propósito de ofertar recursos pedagógicos e de acessibilidade a partir das necessidades específicas dos educandos, a fim de eliminar as barreiras para sua plena participação (BRASIL,2008). Neste sentido, no contexto da rede municipal de Santa Maria, do total de 75 escolas, 61 ofertam o serviço no local. No entanto, as outras 14 organizam seus alunos que necessitam do atendimento em escolas mais próximas que fazem a oferta.

A terceira tangente, refere-se à formação dos professores para o serviço do Atendimento Educacional Especializado. Entendendo, como já disposto no capítulo três que há programas de formação de professores que capacitam profissionais licenciados em qualquer área da docência a trabalharem desenvolvendo o Atendimento Educacional Especializado e, por outro lado, existem cursos de formação inicial específica ao campo da Educação Especial. No município de Santa Maria há a particularidade dos 55 profissionais atuantes no campo, 54 terem formação inicial em Educação Especial. Este quadro retrata a realidade do município sede do curso de Educação Especial Licenciatura, um, dos dois cursos presenciais em universidades públicas em âmbito nacional (OLIVEIRA e MENDES, 2016).

E a quarta vertente refere-se a carga horária do professor que atua no Atendimento Educacional Especializado, entendendo que uma maior carga horária de trabalho este profissional possa configurar melhores condições de organização

das práticas pedagógicas, pois garante maior tempo de frequência no espaço escolar. Entende-se que a carga horária não é fator decisivo para a qualificação do trabalho, pois há diversos fatores que interagem para a configuração deste serviço nas escolas, mas empenha uma grande influência em questões de organização e articulação no contexto escolar.

Olhando para este contexto, a pesquisa delimita o olhar aos professores do Atendimento Educacional Especializado com formação inicial em Educação Especial que atuam 40 horas em uma mesma escola, buscando conhecer a organização de suas práticas pedagógicas.

5.2 Aproximação com os sujeitos de investigação

Para o alcance dos objetivos da pesquisa, que busca analisar práticas pedagógicas em Educação Especial no contexto de inclusão escolar desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino de Santa Maria, após dez anos da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, por professores graduados em Educação Especial, os critérios de elegibilidade dos sujeitos de investigação foram: ter formação inicial em Educação Especial e ter carga horária de 40 horas exclusivas a uma escola.

A escolha dos critérios justifica-se primeiro, por buscar profissionais que tiveram a formação inicial no curso de Educação Especial por ser mais abrangente que um curso que capacita para o Atendimento Educacional Especializado; e pelo município ser sede dos poucos cursos desta natureza oferecidos em âmbito nacional.

O segundo critério, justifica-se por entender que este profissional que possui 40 horas em uma única escola, possa configurar melhores condições de organização de suas práticas pedagógicas estando com maior disponibilidade no ambiente escolar.

A partir dos critérios de elegibilidade adotados, foram contatadas quatro escolas que, segundo informações da Secretaria Municipal, oferecem Atendimento Educacional Especializado com carga horária de 40 horas. Deste contato resulta a informação de que duas destas instituições possuem a carga horária total de oferta deste serviço dividida entre duas professoras de Educação Especial, não

contemplando ao critério de “um professor de Educação Especial atuando 40 horas exclusivas em uma mesma escola”. Este critério foi contemplado pelas outras duas instituições de ensino, cujas professoras de Educação Especial, atuando 40 horas neste espaço, foram convidadas a participar da pesquisa.

Nessa perspectiva, após contato com as escolas e a realização das entrevistas, obteve-se as informações sobre a formação inicial e continuada das duas professoras sujeitos de investigação, que estão sistematizadas no quadro a seguir:

Quadro 1: Formação dos sujeitos de investigação

Professor de Educação Especial	Formação inicial	Formação continuada
Escola A	<ul style="list-style-type: none"> • Pedagogia • Educação Especial 	<ul style="list-style-type: none"> • Especialização em Psicopedagogia • Especialização em Atendimento Educacional Especializado • Mestrado em Educação
Escola B	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Especial 	<ul style="list-style-type: none"> • Especialização em Educação Especial • Especialização em Atendimento Educacional Especializado • Mestrado em Desenvolvimento Regional

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados produzidos a partir da pesquisa

Nesse sentido, as informações anteriores apresentam com clareza o primeiro critério de elegibilidade do profissional a ser entrevistado: a formação inicial em Educação Especial, atreladas a formações continuadas predominantemente na área da educação.

5.3 Contextualização das escolas *lócus* da pesquisa

Ao delinear as escolas que foram contempladas nessa pesquisa a partir dos critérios de elegibilidades destinados ao professor de Educação Especial, toma-se como fator importante, a contextualização destes espaços que foram sede da

construção de conhecimento que sustentou o alcance dos dados produzidos da presente pesquisa.

Nesse sentido, são apresentadas características gerais do contexto das escolas nas quais os sujeitos de investigação atuam, a partir do Projeto Político Pedagógico - PPP de cada local.

5.3.1 Escola A

A escola A, localizada na região norte de Santa Maria, oferece o nível de Ensino Fundamental, que contempla os anos iniciais e finais (1º ao 9º ano). Composto por 580 discentes, e destes, 20 compõe o público-alvo da Educação Especial.

Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola, seu quadro docente é composto por com 36 professores, 27 atuantes em sala de aula e 9 desempenham suas funções de direção, vice direção, supervisão pedagógica, orientação educacional e Educação Especial. Além de contarem com 8 funcionários entre serviços gerais, agente administrativos, merendeiras e serviços de vigilância.

Apresentando uma infraestrutura ampla, dispondo de 18 salas para atividades diárias e extra com os alunos, uma quadra de esportes, um campo de futebol, uma pracinha, uma sala de jogos de mesa e um pátio interno. Além de auditório, cozinhas, banheiros, laboratórios e a biblioteca.

Relacionado a acessibilidade, a escola possui uma sala de recursos multifuncionais do tipo II⁸, sendo um espaço amplo, com duas salas acopladas, com grande diversidade de materiais pedagógicos e de acessibilidade. Possuindo também, banheiros adaptados com barras de segurança, portas alargadas e rampas de acesso.

Como filosofia, a escola denomina “Valorização da vida: da sala de aula para o mundo”, possibilitando um entendimento de que a escola busca preparar os alunos para o mundo, que consigam fazer suas próprias análises e leituras enquanto sujeitos em uma sociedade.

⁸ Segundo o Manual de Orientação: Programa de Implantação da Salas de Recursos Multifuncionais (2010), as salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social. E ainda dispõe como sala de recursos multifuncionais do tipo II, aquela que possui todos os materiais que a sala tipo I possui, adicionados a recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual. (BRASIL, 2010)

5.3.2 Escola B

Localizada na região oeste de Santa Maria, a escola oferece as seguintes modalidades e níveis de ensino: Maternal, Pré-escola, Ensino fundamental (do 1º ao 9º ano) e a Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Abordando em seu PPP que seu quadro docente é composto por 54 professores, e conta com apoio de 6 funcionários. E seu corpo discente possui 754 alunos, distribuídos em todas as modalidades de ensino disponíveis na escola.

Com uma boa infraestrutura, a escola possui 12 salas de aula, biblioteca, sala de informática, quadra de esportes, sala de recursos multifuncionais, banheiros, cozinha, despensa, salas de direção/vice direção e supervisão/orientação, secretaria, sala dos professores, e ginásio de esportes coberto.

No que tangencia a Educação Especial, a escola possui o Atendimento Educacional Especializado como proposta para auxiliar na inclusão dos alunos público-alvo, prevendo em seu PPP uma organização do trabalho e atribuições do professor.

Como filosofia, a escola propõe: “Educar, para: a igualdade, a solidariedade e a autonomia valorizando o ser humano em crescente busca da essência de sua cidadania”. Podendo considerar uma filosofia que contribui para uma vida que valoriza a humanitária.

6. UM OLHAR SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Este capítulo constitui-se por um olhar direcionado as particularidades encontradas durante a pesquisa de campo, que se caracterizou pela realização de entrevistas semiestruturadas com as professoras de Educação Especial que foram criteriosamente selecionadas, a partir das justificativas já apresentadas no capítulo anterior. Destas particularidades, foi atentado para as características que possibilitassem o alcance dos objetivos específicos da pesquisa que se constituem-se em:

- analisar a organização do serviço de Educação Especial nas escolas;
- identificar recursos pedagógicos e de acessibilidade que são utilizados nesses contextos.

Assim, a análise estará organizada a partir destes dois objetivos específicos do estudo, de modo a favorecer o conhecimento das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas consideradas, em termos de organização do serviço e de recursos pedagógicos utilizados pelas professoras nestes contextos.

No que tange à organização da oferta do Atendimento Educacional Especializado, ambas as professoras abordaram em seus relatos a organização do horário de atendimento aos estudantes prioritariamente no contraturno, mas salientam que nem sempre isto se concretiza. Destacam fatores familiares e de dificuldades no transporte desses estudantes que justificam a retirada dos estudantes da sala de aula para a frequência no AEE, conforme explicitam os excertos:

“eu procuro atender em turno inverso, muitas vezes a família não consegue trazer, daí a gente negocia com a professora de sala de aula” (Professor de Educação Especial escola A).

“todo início do ano letivo se faz um horário, seria no turno inverso, mas aqui na escola é muito difícil porque tem muitos alunos que dependem do transporte e o transporte só é oferecido uma vez por dia. Então muitos atendimentos são feitos no mesmo turno que o aluno vem para escola na sala regular” (Professor de Educação Especial escola B).

Assim, evidenciam a tentativa de oferta do Atendimento Educacional Especializado em consonância com a Política de 2008, a qual prevê que

o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos estudantes, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional. (BRASIL, 2008).

Não devendo assumir caráter substitutivo, o Atendimento Educacional Especializado deve ser realizado em turno inverso ao da classe comum. Contudo, os relatos das professoras evidenciam dificuldades nesta organização que envolvem questões externas à escola. Assim, há uma reorganização desta oferta, a fim de garantir aos estudantes o direito de acesso ao serviço.

Ainda sobre as questões organizacionais da oferta do Atendimento Educacional Especializado, merece destaque o relato da professora da escola B, onde são explicitadas situações em que os estudantes, a partir do seu interesse próprio, optam por não participarem das aulas na sala de aula comum e permanecem um turno inteiro da sala de AEE

“É aquela coisa, eu deixo bem livre. Normalmente duas vezes por semana, mas tem semanas assim que o mesmo aluno vem todas as manhãs comigo, né então eu deixo bem à vontade.” (Professora de Educação Especial Escola B)

Esse relato reverbera uma prática substitutiva ao ensino comum, contrariando as orientações da política, a qual dispõe que durante o Atendimento Educacional Especializado, as práticas devem ser diferenciadas das realizadas na sala de aula regular, não assumindo papel substitutivo ao ensino comum. Nessa perspectiva, o caráter substitutivo se faz presente no relato, na medida em que o aluno, ao invés de estar em sala de aula, permanece tempo considerável no atendimento

Outro aspecto destacado pelas professoras sobre a dimensão da organização da oferta do Atendimento Educacional Especializado foi a articulação com outros espaços e profissionais, não estando limitado apenas às práticas desenvolvidas nas Salas de recursos, mas de fatores que perpassam por ele, como pode ser considerado no relato a seguir:

Desde a entrevista com os pais, a avaliação do aluno, fazer o estudo de

caso desse aluno a desenvolver o plano de AEE para aquele aluno específico ne? A conversa com quem está atendendo esse aluno fora da escola ne? Principalmente tem muitos alunos que chegam aqui e já estão fazendo fono, aí depende muito da deficiência, frequenta os cras frequenta os caps então a gente tem que fazer essa interação para a gente conhecer quem são esses parceiros ne? E depois disso a gente conversa sempre com a família, está o tempo inteiro em contato com a família né. Porque eu acho que a Educação Especial na escola ela não consegue fazer um trabalho sozinha, então tu tens que estar conversando com a professora, com a coordenação, com a mãe com o pai, porque são vários fatores que influenciam na aprendizagem desse aluno. (Professora de Educação Especial Escola A)

Assim, observa-se aproximações da organização das práticas em Educação Especial com o texto da Política no que se refere ao trabalho intersetorial:

Para assegurar a intersetorialidade na implementação das políticas públicas a formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, aos atendimentos de saúde, à promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça. (BRASIL, 2008)

Nesta perspectiva, as práticas pedagógicas em Educação Especial têm seu desenvolvimento em articulação com as diferentes áreas do saber, bem como a participação da família nos processos escolares, fatores que visam um trabalho que favoreça as aprendizagens e desenvolvimento pessoal do aluno.

Assume destaque especial o desenvolvimento do trabalho da Educação Especial em articulação com os professores do ensino comum. Esta articulação está prevista na Política:

[...] a Educação Especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e em outros, como os transtornos funcionais específicos, a Educação Especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento desses estudantes. (BRASIL,2008)

A Política orienta para um trabalho de forma articulada com o ensino comum, destacando estratégias que visam orientar os professores para a adoção de práticas inclusivas na sala regular de ensino. Uma tentativa dessa articulação com o ensino comum, pode ser observado no relato a seguir:

Ainda é um pouco difícil, é um pouco resistente sabe, por parte dos professores assim, porque assim, muitos ainda tem a visão de que o aluno da Educação Especial, é aluno da Educação Especial, ne? Ele não é aluno

da escola. Então eu percebo que muitas vezes, embora a gente querendo conduzir ou ajudar o professor ainda ele é resistente a algumas coisas. (Professora de Educação Especial escola B)

Observa-se no relato, a tentativa de articulação com os professores da sala de aula comum, no entanto é possível perceber os desafios implicados nessa prática/dessa articulação, pois de modo especial, há uma compreensão de que os estudantes público-alvo são responsabilidade exclusiva da Educação Especial.

Também é possível destacar tentativas de articulação que reverberam em práticas positivas e significativas entre professor de Educação Especial e professor do ensino comum, no que tange à organização dos recursos didáticos e de acessibilidade, de modo a perpassar a segunda dimensão analítica deste estudo,

“Os alunos precisam muitas vezes, por exemplo um aluno cego necessariamente o aluno precisa da prova em braille, então as professoras me mandam, e eu tenho que passar pra braille para o aluno poder fazer no mesmo momento que os outros. As vezes precisa e um outro recurso que é o computador que ele usa na sala de aula com sistema de voz que eu também tenho que estar em contato toda hora. É algum material que tem que ser adaptado, mapa que tem que fazer em alto-relevo. Então todo esse contexto aqui da escola é a todo momento assim.” (Professora de Educação Especial Escola A)

Sendo possível observar, a articulação direta entre as professoras no que se refere a disponibilidade dos materiais adaptados para o desenvolvimento de estratégias inclusivas no contexto de sala de aula comum.

Neste sentido, versando sobre recursos pedagógicos e de acessibilidade, que fazem parte do último objetivo específico da pesquisa, foram encontrados durante a produção de dados analíticos, em sua grande maioria, características que versam acerca dessas adaptações necessárias para a participação e permanência dos alunos público-alvo na sala de aula.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, por sua vez orienta:

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os estudantes. (BRASIL, 2008)

Considera-se a orientação como fator potente dentro da organização escolar,

no que tange a produção e utilização de recursos que eliminem barreiras e atendam às necessidades individuais de cada aluno.

Nesta perspectiva, é possível salientar o seguinte relato:

Então eu tenho alunos cegos, que mesmo eu tendo todos os recursos na sala, muitas vezes eles não adaptam né. Se adaptam com um, com a reglete, com a máquina ou com outro tipo de recurso, ou até mesmo com o computador. Então eu faço todo esse conhecimento com o aluno, para depois apresentar os recursos e através dos recursos eu ver como ele pode agir dentro da sala de aula né? Como ele pode usar esses recursos dentro da sala de aula. (Professora de Educação Especial Escola A)

Observa-se o cuidado da professora com a disponibilidade de recursos como o reglete⁹, a máquina de escrever em braille e computadores com sistemas operacionais de voz, que servem para possibilitar aos alunos com deficiência visual uma participação ativa no contexto de sala de aula comum, bem como a garantia de acesso aos conteúdos trabalhados nesse contexto, considerando as orientações da política:

O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros. (BRASIL, 2008)

A disponibilidade desses recursos no contexto de sala de aula comum tem por objetivo o acesso aos conteúdos trabalhados dentro da sala por todos os alunos. Nesse sentido, o Atendimento Educacional Especializado tem a função de disponibilizar aos alunos e dar as condições necessárias de aprendizagem para o uso desses recursos em todos os espaços.

Outro aspecto encontrado em relação aos materiais pedagógicos e de acessibilidade, pode-se destacar o seguinte recorte:

E a gente constrói bastante materiais, com sucata mesmo né? Alguma coisa que precisa adaptar também, né. Para segurar o lápis, para esse tipo de coisa. (Professora de Educação Especial Escola B)

⁹ Trata-se de um instrumento para a escrita manual do braille

Nesta perspectiva, pode ser considerado outra eliminação de barreira e a adaptação de recursos que oferecem um desenvolvimento do aluno que apresenta alguma dificuldade motora, para que possa realizar as atividades dentro de sala de aula autonomamente.

A análise das falas das professoras permite a aproximação entre a organização de suas práticas pedagógicas e as orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Dando ênfase para questões basilares da Política como: a tentativa da oferta do Atendimento Educacional Especializado, com caráter complementar ou suplementar de ensino, a ser desenvolvido no turno inverso da sala regular do aluno; a articulação com o ensino comum, bem como com as diferentes áreas do conhecimento; e a disponibilidade de recursos de acessibilidade que visam a eliminação de barreiras para a plena participação dos alunos em contexto escolar.

Por outro lado, questões da mesma ordem previstas na política, não encontram condições de efetivação, pois há a oferta do Atendimento Educacional Especializado, mas há alunos que não conseguem se deslocar até a escola no contraturno. E ainda há dificuldade na articulação com os professores do ensino comum, característica que pode ser analisada como decorrência de questões organizacionais, como ausência de tempo para planejamento coletivo dos professores e para a permanência do professor de Educação Especial na sala de aula comum, e por uma concepção de que os processos de aprendizagem dos estudantes público-alvo constituem responsabilidade da Educação Especial.

Nessa tangente, cada escola, cada contexto, apresenta as suas singularidades, e desta forma, encontrará possibilidades de operacionalização das orientações da Política de formas particulares, assumindo consciência dessas práticas, mas atendendo de maneiras possíveis aos documentos legais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa foi desenvolvida com o intuito de analisar práticas pedagógicas em Educação Especial no contexto de inclusão escolar desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino de Santa Maria, após dez anos da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, por professores graduados em Educação Especial. Nessa perspectiva, a partir dos movimentos, foi possível construir instrumentos que possibilitassem um estreitamento entre os objetivos e práticas desenvolvidas por duas professoras de Educação Especial no contexto da rede escolar municipal de Santa Maria.

Inicialmente, mapeando a atual organização da rede municipal de ensino, com a intenção de observar o número de escolas, como estão dispostos serviços oferecidos para a área da Educação Especial, a carga horária desses serviços e número de profissionais capacitados para o desenvolvimento dessas práticas. Além de, atentar para as escolas que atenderam os critérios de elegibilidade para a aproximação com os sujeitos de pesquisa que versavam sobre: a formação inicial dos professores e a carga horária de 40 horas em uma mesma escola.

Após essa sondagem pela rede e a aproximação com os contextos de pesquisa, foi realizada uma entrevista semiestruturada com duas professoras de Educação Especial, a fim de produzir dados a partir de suas narrativas, acerca de questões que versam sobre as práticas pedagógicas, sua organização e a influência da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no desenvolvimento de seu trabalho no contexto escolar.

Nessa perspectiva, após a aplicabilidade da entrevista, suas transcrições e análises, foi possível perceber, a preocupação em atender a uma das exigências da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Essa exigência refere-se ao desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado no contraturno. Nessa tangente, houve consonância nos relatos no que diz respeito a dificuldade dos alunos em irem à escola no turno inverso a sua aula na sala regular. Outro ponto que assume papel importante na análise das entrevistas, foi a influência que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva imprime sobre a organização de suas práticas, onde as professoras citam pontos como a preocupação com a acessibilidade, entrevistas

com a família, organização de planos individualizados e articulação com professores do ensino comum para a melhoria das condições de inclusão dos alunos nas salas regulares.

Contudo, foi possível observar que as professoras de Educação Especial desenvolvem práticas voltadas predominantemente a aspectos que visam o desenvolvimento de estratégias que auxiliam os alunos a participarem de forma autônoma das atividades desenvolvidas no contexto de sala de aula regular. Dessas práticas, pode-se sinalizar a disponibilidade de materiais e instrumentos de acessibilidade, a depender das exigências que cada aluno apresenta, no que se refere a sua plena participação no ambiente escolar.

No entanto, atenta-se para que a operacionalização das orientações que a Política dispõe, não depende apenas do que o professor busca realizar, mas de um contexto, de uma realidade singular que cada escola está inserida.

Por fim, atento para a relevância da construção dessa pesquisa versando sobre práticas pedagógicas em Educação Especial desenvolvidas no contexto municipal de ensino, por possibilitar uma análise do que vem sendo desenvolvido no campo como estratégias de ensino e observar mais pontualmente como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva assume papel fundamental na organização dessas práticas, sem fazer menção direta a ela. Também sinalizo a presente pesquisa como agente potencializador em minha constituição enquanto pesquisadora, possibilitando um estreitamento entre minha formação, o local de atuação, práticas que estão sendo desenvolvidas nesse contexto e os suportes legais que orientam esse trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.**

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25/10/2018

_____, **DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Disponível em:

https://www.dropbox.com/s/a7ek63n05jex42p/Conven%C3%A7%C3%A3o%20de%20Nova%20Iorque%20%282007%29_Decreto6949_%282009%29_Seesp.pdf?dl=0. Acesso em: 25/10/2018.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 26/10/2018

_____, Ministério da Educação. **Declaração Mundial sobre Educação para todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jontiem, 1990.

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 20/10/18.

_____, Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994.**

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 21/10/2018.

_____, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996.** Brasília, 1994. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 21/10/2018.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 26/10/2018

_____, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 26/10/2018

_____, Ministério da Educação. **Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.** Brasília: MEC, 2011. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursosmultifuncionais&Itemid=30192. Acesso em: 09/11/2018

BRIDI, F. R. d. S. **Processos de identificação e diagnóstico**: os alunos com deficiência mental no contexto do atendimento educacional especializado. Porto Alegre, 2011.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995

MARCONI, M. d. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1996.

OIVEIRA, P. S.; MENDES, E. G. **Análise do projeto pedagógico e da grade curricular dos cursos de licenciatura em Educação Especial**. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/2016nahead/1517-9702-ep-S1517-9702201605145723.pdf>. Acesso em: 15/11/2018

UNESCO, **Declaração universal dos direitos humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 20/10/2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL LICENCIATURA

Roteiro para a realização das entrevistas com as professoras de Educação Especial.

- 1- Tu poderias falar sobre o teu percurso académico e profissional?
- 2- Quantos alunos público-alvo da Educação Especial a escola possui? Todos frequentam o Atendimento Educacional Especializado? E quantos alunos a escola tem ao total?
- 3- Tu poderias me relatar como são desenvolvidas práticas pedagógicas em Educação Especial aqui na escola?
- 4- Na tua prática, tu desenvolves uma articulação com o ensino comum? Como essa prática articulada se desenvolve?
- 5- Quais são as bases para organização das práticas pedagógicas em Educação Especial aqui na escola?
- 6- Você identifica relação entre as práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto da escola e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL,2008)?

APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – LICENCIATURA (DIURNO)

Santa Maria, 13 de novembro de 2018.

À Direção da Escola Municipal de Ensino Fundamental,

As Práticas Pedagógicas em Educação Especial desenvolvidas na rede de ensino no Município de Santa Maria, constituem temática de pesquisa de Trabalho Final de Curso, orientada pela Prof^a Dr^a Fabiane Romano de Souza Bridi, do Curso de Educação Especial – Licenciatura (Diurno), da Universidade Federal de Santa Maria.

Para fins de pesquisa, solicitamos autorização da direção e coordenação desta escola para realizar uma entrevista semiestruturada com a professora de Educação Especial que atua nesta instituição, tendo como foco de entrevista, as práticas pedagógicas desenvolvidas por esta profissional.

O nome da instituição e do profissional serão mantidos em anonimato visando a preservação da identidade dos envolvidos. Os dados obtidos serão usados apenas para fins de pesquisa.

Agradecemos a disponibilidade e colaboração.

Atenciosamente,

Alessandra Alberici Gontan
Acadêmica do Curso de Educação Especial/UFSM
Cel: (55) 99915-4759 / Email: alessandraagontan@gmail.com

Prof.^a Dr.^a Fabiane Romano de Souza Bridi
Orientadora da Pesquisa
Cel: (55) 99916-3604 / Email: fabianebridi.ufsm@gmail.com

APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – LICENCIATURA (DIURNO)

Eu, _____ abaixo assinado, responsável pela _____, autorizo a realização do estudo “ título do trabalho“, a ser conduzido pelos pesquisadores Fabiane Romano de Souza Bridi (Orientadora), e Alessandra Alberici Gontan (pesquisadora).

Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa e as atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante da presente pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Santa Maria, ____ de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo do responsável

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – LICENCIATURA (DIURNO)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e participar da pesquisa de campo referente a pesquisa intitulada de “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONFIGURAÇÕES POSSÍVEIS” desenvolvida por Alessandra Alberici Gontan. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela Prof^a Dr^a Fabiane Romano de Souza Bridi, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (55) 99916-3604 ou e-mail fabianebridi.ufsm@gmail.com. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é conhecer as práticas pedagógicas em Educação Especial desenvolvidas na rede de municipal de ensino de Santa Maria. Fui também esclarecido(a) que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora. Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Santa Maria, _____ de novembro de 2018

Assinatura do(a) Participante: _____
Assinatura da Pesquisadora: _____

APÊNDICE E – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – LICENCIATURA (DIURNO)

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do trabalho: “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONFIGURAÇÕES POSSÍVEIS”

Pesquisador responsável: Fabiane Romano de Souza Bridi (Orientadora) e Alessandra Alberici Gontan (Pesquisadora).

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria/UFSM

Endereço: Avenida Roraima, 97105-970 – Santa Maria/RS.

As pesquisadoras do presente trabalho se comprometem a preservar a confidencialidade, cujos dados serão produzidos por meio de entrevista semiestruturada com os participantes, na escola escolhida como campo de pesquisa. Informam ainda que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, para a execução do presente projeto.

As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas na UFSM - Avenida Roraima, prédio 16, sala 3240 - 97105-900 - Santa Maria – RS por um período de cinco anos, sob a responsabilidade de Fabiane Romano de Souza Bridi. Após este período, os dados serão destruídos.

Santa Maria, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do pesquisador responsável